

BIBLIOTECONOMIA, INTERCULTURALIDADE E AUSÊNCIAS DAS QUESTÕES INDÍGENA E QUILOMBOLA NA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO NA UESPI

Pétala Medeiros Leite ¹
Luciano Silva Figueiredo ²
Dayane Bruna da Silva Ferreira ³

RESUMO

O curso de Biblioteconomia no Brasil se constitui no processo histórico de seus anos de existência, onde se encontram transformações relacionadas a oferta, função social e pedagógica, relação com espaços escolares e não escolares, demandas de pesquisa e produção de conhecimento, profissionalização, dentre outras, que incidem na formação de bibliotecários e bibliotecárias no país que tanto se diz ser uma área multi e interdisciplinar. O presente artigo volta-se, especificamente, à formação de profissionais da Biblioteconomia na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), considerando a sua matriz curricular e relações estabelecidas ou não com particularidades, necessidades e técnicas voltadas ao acesso e preservação de saberes das comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. Do ponto de vista metodológico, realizou-se diálogos com professores do curso na UESPI e a análise documental do Projeto de Curso, considerando disciplinas ofertadas, suas ementas e bibliografias, estabelecendo ancoragem em textos de Menezes (2023), Silva, Garcês e Silva (2022) que discutem a Biblioteconomia sob a perspectiva indígena e quilombola; de Krenak (2019), Kopenawa (2010) e Viveiros de Castro (2002), com o intuito de compreender sobre as diferentes representações dos saberes indígenas; Nêgo Bispo (2023), Beatriz Nascimento (2022) e Munanga (1986), sobre os saberes quilombolas e afro-brasileiros; além de autores que propõem o diálogo sobre a interdisciplinaridade e decolonialidade, como Olga Pombo (2005) e Catherine Walsh (2019). Observa-se que no curso de Biblioteconomia da UESPI ainda pouco se discute sobre essas dimensões nas dinâmicas de formação. Os principais resultados obtidos desse processo foram: a) apesar do aumento quantitativo de professores mestres e doutores, não há uma diversificação nos estudos interdisciplinares e que envolvem povos indígenas e comunidades quilombolas; b) os estudos sobre os povos indígenas e comunidades quilombolas e seus saberes tradicionais no âmbito biblioteconômico podem contribuir para a sua preservação em diferentes tempos, espaços e contextos políticos e territoriais.

Palavras-chave: Biblioteconomia, Curricularização, Conhecimento tradicional.

INTRODUÇÃO

O curso de Biblioteconomia no Brasil se constitui no processo histórico de seus anos de existência, onde se encontram transformações relacionadas a oferta, função social

¹ Pós-graduanda do Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, petalamedeirosleite@gmail.com;

² Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí – PPGSC UESPI, lucianosilva@pcs.uespi.br;

³ Mestra em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri – UFC, brunabiblio.contato@gmail.com;



e pedagógica, relação com espaços escolares e não escolares, demandas de pesquisa e produção de conhecimento, profissionalização, dentre outras, que incidem na formação de bibliotecários e bibliotecárias no país que tanto se diz ser uma área multi e interdisciplinar.

Analisar o currículo é complexo, mas necessário não só para reconhecer a diversidade de epistemologias, mas para enfrentar a estrutura colonial que ancora o ensino. O currículo historicamente regula o que é ensinado, organizando a aprendizagem. O desafio é reconstruí-lo para ir além do conhecimento científico eurocêntrico.

É preciso questionar até que ponto a ambiguidade do currículo que, ao mesmo tempo que organiza o ensino, limita a autonomia docente, reflete a diversidade de conhecimentos, seus produtores e suas origens. A questão transcende a prática pedagógica, revelando relações de poder que influenciam o reconhecimento de identidades sociais na formação. Longe de ser neutro, é comum o currículo excluir a participação de saberes e comunidades tradicionais em sua construção. Diante disso, segue o questionamento central: o currículo do curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual do Piauí contempla a diversidade epistemológica e cultural na formação de novos profissionais que atendam às necessidades das comunidades tradicionais?

Neste sentido, o presente artigo volta-se, especificamente, à formação de profissionais da Biblioteconomia na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), considerando a sua matriz curricular e relações estabelecidas ou não com particularidades, necessidades e técnicas voltadas ao acesso e preservação de saberes das comunidades tradicionais, especificamente de indígenas e quilombolas.

A construção metodológica segue a partir da análise documental do Projeto de Curso no recorte temporal de 2015 e 2022, anos que foi reformulado o Projeto Pedagógico do curso de Biblioteconomia da UESPI, levando em consideração os objetivos, definição e perfil do curso, sua matriz curricular e compreender se há a intencionalidade de atender as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas levando em consideração seus aspectos culturais, identitários e as necessidades e particularidades informacionais.

A pesquisa é de cunho qualitativo tendo como método a análise de conteúdo que Krippendorff (1986, p. 7) compreende como uma técnica que “busca compreender dados não como uma coleção de eventos físicos, mas como um fenômeno simbólico”, atentando-se às disciplinas ofertadas, suas ementas e bibliografias, ancorando a discussão em textos que discutem a Biblioteconomia sob a perspectiva indígena e quilombola; as



diferentes representações dos saberes indígenas; os saberes quilombolas e afro-brasileiros; e o diálogo sobre a interdisciplinaridade e decolonialidade.

Para coleta de dados, foi-se utilizado como instrumento o *Google Forms* para a realização de entrevista indireta com professores(as) do curso seguindo a perspectiva de como percebem o currículo do curso atualmente perante o caráter interdisciplinar do curso que deve constar na formação de novos profissionais, se realizam discussões sobre a informação na visão e cosmovisão dos povos tradicionais indígenas e quilombolas, quais metodologias são adotadas para o ensino da biblioteconomia perante essas discussões e como tentam alinhar essas metodologias com o currículo hoje vigente no curso.

REFERENCIAL TEÓRICO

Discutir currículo perpassa por vários questionamentos, mas um deles se mostra essencial, já que atravessa um de seus objetivos: “o que todos os alunos deveriam saber ao deixar a escola?”. Essa é uma pergunta feita no começo do artigo escrito por Young (2014), que, apesar de mencionar a escola, aplica-se a toda instituição educacional que possua currículo como norte para a base de ensino; esta será a propulsora do diálogo inicial. Uma concepção paralela entre Young (2014) e Sacristán (2013) é o papel normativo do currículo. Mesmo sendo ela reguladora do que precisa ser ensinado e assimilado, os objetivos crítico e normativo são separados ao analisar a sua história, provocando um desequilíbrio entre eles, já que o mesmo não pode ser formado a partir do ideal de gerar apenas resultados, objetivos, competências ou habilidades funcionais. Young enfatiza em como a teoria do currículo não pode se desvincular da teoria do conhecimento e sua criticidade. Em suas palavras,

se o currículo for definido por resultados, competências ou, de forma mais abrangente, avaliações, ele será incapaz de prover acesso ao conhecimento. Entende-se conhecimento como a capacidade de vislumbrar alternativas, seja em literatura, seja em química; não pode nunca ser definido por resultados, habilidades ou avaliações (Young, 2014, p. 195)

Porém, ao pensarmos criticamente sobre o currículo e os conhecimentos, vale identificar quais são esses conhecimentos e saberes que são selecionados para compor o currículo e o que o próprio curso se propõe a ser.

A comparação entre os PPCs de 2015 e 2022 revela que o novo documento possui estrutura mais detalhada, dividindo objetivos em gerais e específicos. Ele amplia o enfoque ao incorporar não só transformações sociais, tecnológicas e do trabalho, já



presentes no anterior, mas também as dimensões históricas e culturais. Esse avanço reflete-se ainda na definição do perfil do egresso, que mantém competências consolidadas e agrega novas áreas de atuação profissional, como nos campos de Documentação e informação; Comunicação e informação; Cultura e lazer; Educação; Pesquisa; Tecnologia da informação; Planejamento e informação; Política e informação.

Ao observarmos as matrizes curriculares de 2015 e 2022 (Figuras 1 e 2) percebemos mudanças, não apenas na nomenclatura de algumas disciplinas, principalmente as obrigatórias como também das ementas de todas elas.

Figura 1 – Matriz curricular do PPC de 2015 do curso de Biblioteconomia da UESPI.

1º BLOCO	2º BLOCO	3º BLOCO	4º BLOCO	5º BLOCO	6º BLOCO	7º BLOCO	8º BLOCO
1. Introdução à Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (60h)	7. Informação Aplicada à Biblioteconomia (60h)	12. Fontes de Informação II – PR 8 (60h)	18. Representação Temática I (60h)	24. Representação Temática II – PR 18 (90h)	30. Representação Temática III – PR 24 (60h)	36. Representação Temática IV – PR 30 (60h)	42. Disciplinas Optativas: (60h)
2. História da Cultura e dos Registros do Conhecimento (60h)	8. Fontes de Informação I (60h)	13. Linguística Aplicada à Biblioteconomia (60h)	19. Representação Descritiva I (60h)	25. Representação Descritiva II – PR 19 (60h)	31. Representação Descritiva III – PR 25 (60h)	37. Formação e Desenvolvimento de Coleções (60h)	43. Disciplinas Optativas: (60h)
3. Metodologia do Trabalho Científico (60h)	9. Leitura e Formação de Leitores (60h)	14. Introdução às Ciências Sociais (60h)	20. Normalização Documentária (60h)	26. Ética e Biblioteconomia (30h)	32. Serviços e Processos de Referência (60h)	38. Análise e Projeto de Sistemas Automatizados para Unidades de Informação (60h) – PR15	44. Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia II (60h) PR 40
4. Filosofia da Tecnologia e da Ciência (60h)	10. Fundamentos de Psicologia do Comportamento Humano nas Organizações (60h)	15. Introdução à Informática (60h)	21. Controle dos Registros do Conhecimento (60h)	27. Estudo da Comunidade e do Usuário (60h) – PR10	33. Marketing em Unidades de Informação – PR29 (60h)	39. Unidades de Informação Universitárias e Especializadas (60h)	45. Prática Profissional III (100h) PR18 e PR19
5. Comunicação e Expressão (60h)	11. Teoria Geral da Administração (60h)	16. Fundamentos de Lógica (60h)	22. Gestão da Informação Arquivista (60h)	28. Política Editorial (60h)	34. Unidades de Informação Públicas e Escolares (60h)	40. Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia I – PR 3 (60h)	46. AACC's (100h)
6. Inglês Instrumental (60h)	12. Aspectos Históricos, Econômicos, Sociais e Políticos do Brasil Contemporâneo (60h)	17. Organização, Sistemas e Métodos (60h)	23. Disciplinas Optativas: (60h)	29. Planejamento e Administração de Unidades de Informação (60h)	35. Prática Profissional I (100h) – PR18 e PR19	41. Prática Profissional II (100h) PR18 e PR19	
						46. AACC's (100h)	

Fonte: PPC, 2015.

Figura 2 – Matriz curricular do PPC de 2022 do curso de Biblioteconomia da UESPI.

1º BLOCO	2º BLOCO	3º BLOCO	4º BLOCO	5º BLOCO	6º BLOCO	7º BLOCO	8º BLOCO
1 Epistemologia da Biblioteconomia	7 Pesquisa em Biblioteconomia I	14 Fontes de Informação II	21 Representação Temática I	28 Representação Temática II	34 Representação Temática III	40 Representação Temática IV	46 AACC
2 História da Cultura e dos Registros do Conhecimento	8 Fontes de Informação I	15 Controle dos Registros do Conhecimento	22 Representação Descritiva I	29 Representação Descritiva II	35 Representação Descritiva III	41 Formação e Desenvolvimento De Coleções	47 Pesquisa em Biblioteconomia III
3 Comunicação Científica	9 Leitura, Biblioteconomia e Inclusão Social	16 Introdução a Sociologia	23 Normalização Documentária	30 Prática Profissional I	36 Serviços e Processos de Referência	42 Gestão das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação em Unidades de Informação	
4 Filosofia da Informação	10 Psicologia do Comportamento Humano nas Organizações	17 Mídias Digitais em Serviços de Informação Bibliográfica	24 Mediação da Informação	31 Estudo da Comunidade e do Usuário	37 Marketing em Bibliotecas	43 Gestão de Bibliotecas Especializadas	
5 Ética Profissional	11 Gestão e Organização de Serviços de Informação	18 Introdução à Lógica	25 Gestão da Informação Arquivística	32 Processo de Editoração	38 Gestão de Bibliotecas Universitárias	44 Pesquisa em Biblioteconomia II	
6 Inglês Instrumental	12 Cenário Sócio-Histórico-Cultural do Brasil Contemporâneo	19 Libras	26 Gestão de Bibliotecas Públicas	33 Gestão de Bibliotecas Escolares	39 Prática Profissional II	45 Prática Profissional III	
	13 Atividades extensionistas I	20 Atividades Extensionistas II	27 Atividades Extensionistas III				

Fonte: PPC, 2022.



Essas mudanças que trazem um teor mais social à matriz curricular do curso são de extrema importância para as transformações do ensino de Biblioteconomia para além de ter uma identidade tecnicista. As ementas também resgatam o caráter interdisciplinar, essencial para a discussão da inclusão de outros saberes que vão além do acadêmico. Olga Pombo (2005), reforça a ideia de que a interdisciplinaridade não se trata apenas da justaposição de disciplinas, mas de um diálogo profundo entre diferentes formas de saber, incluindo os saberes tradicionais. A autora destaca que a especialização excessiva (o que ela chama de esquartejamento da totalidade) gerou custos culturais, institucionais e heurísticos, criando barreiras entre áreas do saber e limitando a compreensão de problemas complexos.

A perspectiva decolonial, conforme proposta por Catherine Walsh (2019), questiona a estruturação do conhecimento a partir de uma matriz colonial e eurocêntrica, propondo uma opção decolonial que valorize saberes historicamente marginalizados. Nesse sentido, o currículo não é um instrumento neutro, mas um artefato político que pode tanto reproduzir hierarquias epistemológicas, quanto abrir espaço para a interculturalidade crítica. Nos explica que

a interculturalidade não está entendida como um simples novo conceito ou termo para se referir ao contato com e ao conflito entre o Ocidente e outras civilizações (como alguns o entendem com frequência). Tampouco sugere uma nova política ou uma ‘antipolítica’ [...], mas sim representa] uma configuração conceitual, uma ruptura epistêmica que tem como base o passado e o presente, vividos como realidades de dominação, exploração e marginalização, que são simultaneamente constitutivas, como consequência do que Mignolo chamou de modernidade/colonialidade (Walsh, 2019, p. 14).

Catherine Walsh (2019) avança nessa discussão ao introduzir a interculturalidade como projeto político e epistêmico. Diferente do multiculturalismo liberal, que inclui o “outro” sem questionar as estruturas de poder, a interculturalidade crítica emerge de movimentos sociais e propõe uma descolonização e transformação do saber ao se propor o reconhecimento da diferença colonial; a rejeição da hierarquia de saberes; e a construção de epistemologias outras a partir de lugares de fala subalternizados. Essa discussão deve ser sempre presente ao pensar um currículo, ainda mais em um curso que ainda bebe muito das raízes europeias e norte-americana, portanto, com certas características que não representam as necessidades técnicas e informacionais das comunidades do sul, mas que aos poucos realizamos a tentativa de pensarmos a partir das origens e raízes das comunidades que fazemos parte e agimos profissionalmente. Isso seria



Um pensamento que difere radicalmente em sua lógica e em sua fundação socio-histórica e política da lógica dos filósofos brancos e branco-mestiços, de base eurocêntrica -isso é o que propõe um "diálogo intercultural", o qual permite um "descobrimento da América em toda a sua variedade e diversidade" (Walsh, 2019, p. 25).

Ao ampliarmos a discussão para os saberes indígenas, as obras de Ailton Krenak e Davi Kopenawa oferecem contribuições fundamentais para desestabilizar os alicerces do pensamento ocidental moderno, que frequentemente organiza e hierarquiza o conhecimento. Krenak (2019) articula uma crítica contundente a uma ideia abstrata de humano, divorciada de seus contextos relacionais e territoriais. Para o autor, a separação entre humanidade e natureza, pedra angular do projeto colonial e moderno autoriza a exploração predatória da Terra. Krenak (2019, p. 49) nos diz que “Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista”.

De forma complementar e aprofundada, Davi Kopenawa apresenta a complexa cosmologia yanomami. Através do conceito de *xapir*, aqueles espíritos que auxiliam os xamãs, Kopenawa demonstra que o "conhecimento" (o saber xamânico) não é uma representação mental do mundo, mas o resultado de uma relação corporal e perceptiva com entidades não-humana. O que a ciência ocidental vê como uma "floresta" ou "recursos naturais", os Yanomami experienciam como uma rede de agências sociais, onde animais, plantas e espíritos são pessoas com quem se pode interagir. Esse perspectivismo, como teorizado por Viveiros de Castro (2002), implica que o mundo é habitado por diferentes sujeitos (humanos e não-humanos) que, partindo de corpos e pontos de vista distintos, veem a realidade de maneiras radicalmente diversas. Um jaguar, por exemplo, vê a si mesmo como humano, vê os outros jaguares como parentes e os humanos como presas ou espíritos de caça.

Ao procuramos as comunidades tradicionais, em especial indígenas e quilombolas, nos PPC's, encontramos representatividade mais explícita e nominalmente no novo PPC. Quando citados os termos “Indígena”, “Índio”, “Quilombola”, “Afro”, “Negro”, vislumbra-se sim uma tentativa maior de visibilizar essas comunidades e povos, como parte da metodologia de atividades de curricularização da extensão, nas disciplinas **Leitura, Biblioteconomia e Inclusão Social e Cenário sócio-histórico-cultural do Brasil contemporâneo** e na citação da própria lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, e Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004. Porém, não como comunidades e



povos essenciais no diálogo entre Biblioteconomia e os saberes que são próprios deles, suas próprias metodologias de ensino e aprendizagem; para além de grupos sociais vulneráveis e desassistidos de acesso à informação, mas de técnicas e formas próprias de enxergar, ler, classificar e catalogar o mundo, são protagonistas de transformação, criação e sabedorias e Biblioteconomia em sua flexibilidade não tão desenvolvida deve aprender a conectar nosso fazer profissional a outras formas de ver o mundo.

Assim como as cosmovisões indígenas desafiam as epistemologias ocidentais, os saberes emanados das comunidades quilombolas e da intelectualidade negra brasileira apresentam um robusto *corpus* teórico e existencial que exige uma reavaliação dos paradigmas de organização do conhecimento.

Nêgo Bispo (2023) em uma de suas obras mais conhecidas "A terra dá, a terra quer", articula o pensamento quilombola a partir de uma relação inseparável com o território. Para ele, o saber não é uma abstração, mas uma prática inscrita no e pelo território, que é simultaneamente físico, espiritual e política. O conhecimento quilombola sobre sementes, plantas, ciclos naturais e organização social é, portanto, um conhecimento encarnado e territorializado, impossível de ser plenamente compreendido ou preservado se deslocado de seu contexto de produção. A perspectiva de Nêgo Bispo dialoga e se amplia com Beatriz Nascimento (2022) quando esta revela que o saber negro é, por natureza, transversal e diaspórico, desafiando as fronteiras nacionais e as periodizações históricas lineares de uma alienação ocidental. Uma organização que se pretenda sensível a esses saberes precisa, portanto, de ferramentas que capturem essas conexões transoceânicas e a lógica de rede que caracteriza a experiência negra, indo muito além de categorias estanques como "História do Brasil" ou "Cultura Afro-Brasileira".

Completando este arcabouço, Kabengele Munanga (1986, p. 63) também oferece uma análise crítica do conceito de Negritude, situando-o como uma ferramenta política e identitária de descolonização mental, sendo um “sentimento de frustração dos intelectuais negros por não terem encontrado no humanismo ocidental todas as dimensões de sua personalidade”. Munanga discute como a revalorização da cultura, da história e dos saberes africanos foi e continua a ser um ato de resistência ao epistemicídio. Sua reflexão nos alerta para o risco de, mesmo ao tentar "incluir" os saberes negros, a academia e suas instituições (assim como suas bibliotecas) os folclorizarem ou os aprisionarem em categorias exotizantes. A "negritude" como conceito nos convida a uma autorreflexão constante: a incorporação desses saberes no currículo e nas práticas biblioteconômicas está servindo a uma lógica de *tokenismo* (mera representatividade), ou está de fato



promovendo uma *descolonização* do conhecimento, permitindo que esses saberes modifiquem as estruturas de poder, de fazer e aprender e os critérios de validade do saber?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como aponta Menezes (2023), a biblioteconomia tem raízes coloniais e foi historicamente utilizada como instrumento de classificação, controle e hierarquização de saberes. No entanto, o mesmo campo pode ser ressignificado para atuar na preservação e divulgação de conhecimentos subjugados. Silva, Garcês e Silva (2022) defendem uma atuação biblioteconômica que incorpore metodologias participativas e interculturalmente sensíveis, especialmente no que diz respeito ao tratamento de acervos indígenas e quilombolas. Essa visão é fundamental para o que este artigo se propõe. Se a Ciência da Informação se pretende “multi e interdisciplinar”, como frequentemente anunciado, ela não pode ignorar saberes que escapam ao cânone ocidental.

Para preservar o anonimato dos professores participantes da pesquisa, serão nomeados como **professora A**, **professora B** e **professor C**. Foi dividido entre cinco seções em que a primeira tem como objetivo traçar o *Perfil dos docentes*, como mostra o Quadro 01:

Quadro 01 – Perfil dos docentes que participaram da pesquisa

	Titulação acadêmica	Tempo de atuação no curso na UESPI	Disciplinas que ministra ou já ministrou
Professora A	Mestrado	+ de 10 anos	Representação descritiva I, II e III; Normalização documentária; História do livro e da biblioteca
Professora B	Mestrado	- de 2 anos	Gestão e Organização de Serviços de Informação; Ética Profissional; Fontes de Informação II; OSM; Prática Profissional I; Representação Descritiva I e III, Representação Temática I; Processos e Serviços de Referência; TGA e ACE (Biblioterapia)
Professor C	Mestrado	+ de 10 anos	Epistemologia da Biblioteconomia; Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A segunda seção se trata da *percepção sobre o currículo e a interdisciplinaridade*. Houve divergências significativas na avaliação do currículo. A **Professora A** o considera “predominantemente técnico”, enquanto a **Professora B** acredita que ele “não é predominantemente técnico, mas também não é equilibrado”. **Professor C**, por sua vez, avalia o currículo como “fortemente interdisciplinar”. A interdisciplinaridade foi avaliada de forma igualmente distinta pelos docentes. **Professora A** a considera “pouco explorada”, e **Professora B** afirma que está “presente apenas em algumas disciplinas”. Já o **Professor C**, ao contrário, entende que ela é “muito



presente na estrutura curricular”. Quanto à preparação dos estudantes para atuar em contextos culturalmente diversos, como comunidades tradicionais, as respostas também variaram. **Professora A** foi a mais crítica, afirmando que o curso “não prepara” os estudantes. **Professora B** considerou que “prepara pouco”, enquanto **Professor C** avaliou que “prepara muito bem”.

Essas diferenças podem estar relacionadas às disciplinas que cada um ministra e às suas trajetórias de formação e pode sugerir que a interdisciplinaridade pode ser experienciada de maneira desigual ao longo do curso, dependendo das abordagens e metodologias adotadas em cada disciplina. Essa disparidade pode refletir nos diferentes entendimentos sobre o que significa “preparar” e em que medida esses temas são integrados às práticas pedagógicas, mais uma vez trazendo que o currículo não é construído apenas no PPC, assim como nas próprias práticas. Porém, há outro fator. As Professoras A e B, como se percebe pelo Quadro 1, perpassam por disciplinas que são consideradas no curso muito técnicas. Pode ser que a questão não seja apenas a percepção sobre o caráter interdisciplinar do curso, mas em como a discussão e pesquisas que permeiam essas disciplinas ainda não tenham explorado para além da sua forma que há tempos não parece se transformar.

Isso conseguimos identificar de forma mais evidente na seção sobre *discussões sobre povos tradicionais e biblioteconomia* em que a **Professora A** menciona que suas disciplinas possuem “forte carga tecnicista”, o que dificulta a inserção de temas culturais e ao responder sobre os autores, teorias e referências que utiliza ou indicaria para discutir Biblioteconomia e saberes tradicionais, a professora menciona a obra “A Interpretação das Culturas”, de Clifford Geertz, que pode contribuir com os significados culturais desta área do conhecimento e aproveita para reforçar como essa mesma área quase sempre possui um apelo técnico, pouco explorando seu potencial de contribuições no campo da cultura ou das culturas. A **Professora B** e o **Professor C**, por outro lado, afirmam abordar explicitamente a “Decolonialidade na Ciência da Informação”. **Professor C** ainda destaca a biblioteca como “território intercultural”, citando que as teorias no campo da mediação da informação, mediação intercultural e decolonialidade estão sempre presentes no conteúdo das disciplinas que ministrou. Enquanto **Professora B** cita obras como a *Colonialidade do poder* (Quijano, 2005); *Epistemologias do Sul* (Santos, 2016); Dorothy Porter Wesley e a *Organização do Conhecimento Negro* (Silva *et al.*, 2021); *Biblioteconomia negra* (Garcês-da-Silva, 2023).



Na penúltima seção que busca compreender as *metodologias de ensino e alinhamento curricular* dos docentes, tanto **Professora A** quanto **Professor C** mencionam o uso de “projetos extensionistas ou comunitários” como metodologia para tratar de interculturalidade e saberes tradicionais. Já a **Professora B** utiliza múltiplas abordagens, como aulas expositivas dialogadas, estudos de caso, leituras e discussões de textos, palestras com convidados externos, projetos extensionistas ou comunitários, exceto a pesquisa bibliográfica orientada. A **Professora A** e **Professora B** reconhecem limitações no currículo para incluir ou ampliar discussões sobre interculturalidade e saberes tradicionais. **Professora A** destaca que o currículo mantém-se “ligado às tradições da área”, enquanto **Professora B** aponta a “predominância de um olhar eurocêntrico e hegemônico” nas epistemologias, principalmente nas bibliografias básicas e obrigatórias. **Professor C**, por outro lado, não identifica limitações, ressaltando a “potência interdisciplinar” do currículo. Quanto ao alinhamento se duas metodologias de ensino com o currículo vigente, **Professora A** busca “provocar reflexões sobre o fazer” e “flexibilizar a visão técnica” que promovam o conhecimento de outros saberes; **Professora B** alinha suas metodologias com as ações descritas em sua abordagem decolonial; e **Professor C** trabalha a partir do “diálogo entre o currículo instituído e o instituinte”.

Já na última seção, os professores colocaram suas *sugestões e considerações finais* quanto ao que poderia ser feito para fortalecer a interdisciplinaridade e a inclusão de saberes tradicionais no curso. As sugestões dos docentes convergem em parte. **Professora A** propõe a “extensão universitária” como espaço de troca de saberes e relações múltiplas. **Professora B** defende a “atualização do PPC” e a “formação continuada dos docentes” para uma atualização permanente e contínua quanto as demandas da prática bibliotecária. E o **Professor C** também menciona a “formação docente” como essencial para fortalecer o diálogo com os saberes tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados revelam um cenário plural e, por vezes, contraditório, no que se refere à percepção do currículo, da interdisciplinaridade e da preparação dos estudantes para a diversidade cultural. Enquanto alguns docentes identificam resistências e limitações de ordem epistemológica e estrutural, outros enxergam no currículo atual uma base potente e aberta ao diálogo com saberes tradicionais e perspectivas decoloniais. A formação



docente e a articulação com a extensão universitária surgem como caminhos promissores para avançar nessa direção.

A abordagem clássica da Biblioteconomia, ao buscar uma linguagem documental universal, corre o risco de realizar um "epistemocídio" (Scholte, 1984 *apud* Viveiros de Castro, 2002, p. 116), silenciando as formas de saber que não se encaixam em seus esquemas. Essa visão tem implicações profundas para a Ciência da Informação. Se o conhecimento não é universal e objetivo, mas corporificado, situado e relacional, como organizá-lo em sistemas de classificação sem esvaziá-lo de seu sentido? Como catalogar um canto xamânico que descreve a visão da floresta a partir da perspectiva de um *xapiri* dos Yanomami, por exemplo? Isso levanta uma questão crucial: como organizar e dar acesso a saberes que são, em sua essência, *práticas de relação com um território específico*, para além das estantes de territórios imaginados e arquitetados? O território também produz informação.

A interdisciplinaridade verdadeira exige uma abertura epistemológica disposta a aprender com outras formas de conhecer, como as indígenas e quilombolas, e, para além disso, produzir novos conhecimentos, transformar-se em transdisciplinar. Isso significa não apenas "incluir" conteúdos indígenas e quilombolas, mas repensar as bases da organização do conhecimento, questionando os sistemas ainda hoje consagrados como principais ferramentas de trabalho da profissão que silenciam ou distorcem esses saberes, ou até mesmo os reduzem. Essa perspectiva desafia diretamente esses mesmos sistemas que tradicionalmente operam a partir de dicotomias como natureza/cultura, sujeito/objeto, humano/não-humano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. B. F.; BAPTISTA, S. G. Breve histórico da biblioteconomia brasileira: formação do profissional. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação, 25. **Anais...**, Florianópolis, SC, Brasil, 07-10 jul. 2013. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/files/original/8/2396/1508-1521-1-PB.pdf>. Acesso em: 08 out. 2025.

BISPO DOS SANTOS, A. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

CASTRO, E. V. O nativo relativo. *Mana*, v. 8, n. 1, 2002, p. 113-148. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/ZcqxxhghZk9936mxW5GRhq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2025.



KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KOPENAWA, D; BRUCE, A. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRIPPENDORFF, K. Content Analysis. Beverly Hills: Sage Publications, 1986.

MENEZES, V. S. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: redes coloniais de desencantamento. Encontros Bibli, Florianópolis, v. 28, Dossiê Especial, 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/eb/a/cWpTVtc5FhBwWp9DzyHHxjN/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2025.

MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986.

NASCIMENTO, B. Narrativas transatlânticas de mulheres negras. Salvador: Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, 2022.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. Liinc em Revista, v.1, n.1, março, p. 3-15, 2005. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/94305>. Acesso em: 15 out. 2025.

SACRISTNÁN, J. G. O que significa o currículo? In: SACRISTNÁN, J. G.; SALVATERRA, M. G. A. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; SILVA, R. A. Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em biblioteconomia e ciência da informação. Revista ACB, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1885>. Acesso em: 15 out. 2025.

WALSH, C. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. Revista eletrônica da UFPel, v. 5, n. 1, jan./jul. 2019. Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/15002>. Acesso em: 15 out. 2025.

YOUNG, M. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. Cadernos de Pesquisa, [s. l.], v. 44, n. 151, p. 190-202, jan./mar. 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cp/a/4fCwLLQy4CkhWHNCmhVhYQd/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2025.

